



COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES
E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS IMIGRANTES**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 77

Pauta:

- 1: Combate à Violência Policial contra Vendedores Ambulantes do Brás: Definição de ações e articulação
- 2: Atividades do CMI na Zona Leste e outras regiões periféricas.

Informes

1. Atividades realizadas pela presidência do CMI em janeiro e fevereiro de 2025;
2. Reunião na Câmara Municipal de São Paulo com ambulantes, artesãos e artistas de rua, marcada para o dia 20/02, às 14h;

Participantes Governo: Felix Néstor; Patricia Prudencio Torrez; Sharta Mandjam, Neila Maria Ferreira; Claudio Aguiar Almeida; Fernanda Lanos; Karine Evelyn; Benício Meza.

Participantes Sociedade Civil: Shabir Ahmed Niazi; Dorice Takeu Kouamo; Maria Gorete da Silva; Constance Salawe; Diana Soliz Soria de Garcia; Rosa Anna F. Camacho; Judy Abejuela; Merve Mumcu; Paula Gersztein;

Participantes Observadores: Carla Mustafa (OAB/SP); Amanda Pilon (DPE);

Ouvintes: Eclair Pires (Identidade Humana); Lhayss Rodrigues Sousa (Sem Representação Institucional); Nataliya Seuferareva (Sem Representação Institucional); Aldo Costa (Conselheiro Participativo Vila Prudente) ; Karl Yuan Georges (Sem Representação Institucional); Maria Eduarda (CRAI); Larissa Edy Gonzales (Sem Representação Institucional); Geovanna Radecili (Cruz Vermelha SP); Laís Legato (Cruz Vermelha SP); Cardilo; Emeke (Comunidade Nigeriana) ; Magnus Kadike (CTAFRICA); Reina M.E. Chamidy (M. T Brazil); Brénda Mara Gonzales (SEFRAS)

Ata de Reunião - Página 1 de 9

Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania
Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP

Às 14h:38min do dia 18 do mês de fevereiro do ano de 2025, no endereço Rua Líbero Badaró 119, em Auditório da SMDHC no térreo, com quórum de 11 conselheiros, quantidade acima do mínimo previsto no artigo 23 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Imigrantes.

Reuniram-se os Srs. Felix Néstor; Patricia Torrez; Sharta Mandjam, Neila Maria Ferreira; Claudio Aguiar Almeida; Fernanda Lanos; Karine Evelyn; Benício Meza; Shabir Ahmed Niazi; Dorice Takeu Kouamo; Maria Gorete da Silva; Constance Salawe; Diana Soliz Soria de Garcia; Rosa Anna F. Camacho; Judy Abejuela; Merve Mumcu e Paula Gersztein a fim de discutirem a pauta do dia.

A Sra Constance Salawe presidente da CMI presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra Patricia Prudencio Torrez com apoio da estagiária Sharta Mandjam, que leu a pauta do dia. Informes: **informes 1:** Reunião na Câmara Municipal de São Paulo com ambulantes, artesãos e artistas de rua, marcada para o dia 20/02, às 14h; **Informe 2:** Atividades realizadas pela presidência do CMI em janeiro e fevereiro de 2025; **Item nº 1 da pauta:** Combate à Violência Policial contra Vendedores Ambulantes do Brás: Definição de ações de articulação com órgãos responsáveis; **Item nº 2 da pauta:** Atividades do CMI na Zona Leste e outra regiões periféricas.

A presidente Constance Salawe iniciou a reunião, fazendo uma breve apresentação para as novas pessoas que chegaram recentemente nas reuniões do CMI e deu as boas-vindas. Em seguida, Patricia se apresentou e explicou sua função como secretária executiva do conselho. Posteriormente, todos os presentes se apresentaram para que os novos membros pudessem conhecê-los.

Constance iniciou suas considerações destacando uma preocupação recorrente entre os conselheiros sobre a necessidade de uma camiseta com o logo do CMI, a fim de representar o conselho de maneira adequada em atividades oficiais. A seguir, apresentou o primeiro item da pauta, referente à violência policial, que havia sido sugerido e aprovado na reunião anterior. Constance considerou importante trazer esse tema à discussão novamente. Ela também abordou brevemente o segundo item da pauta, que trata da proposta de levar as atividades do CMI à zona leste de São Paulo, motivada por um recente incidente em que uma jovem foi agredida por cerca de 30 pessoas em sua escola situada nessa região.

A pauta dos itens 1 e 2 foi resumida, com a promessa de um aprofundamento posterior. Patricia apresentou, de forma concisa, o **informe 1** sobre as atividades realizadas pelo conselho durante os meses de janeiro e fevereiro.

Constance deu o **Informe 2** sobre Reunião na Câmara Municipal de São Paulo com ambulantes, artesãos e artistas de rua, marcada para o dia 20/02, e ressaltou que a reunião começará por volta das 15h e não às 14h como informado antes. Em seguida, foi exibido um vídeo de 4 minutos da organização Fronteiras Cruzadas, que deu a sua contribuição em relação à pauta nº1, focando no combate à violência policial contra vendedores ambulantes. O vídeo também anunciou a realização de um seminário de três dias, programado para o final de março ou início de abril, para discutir essas questões, e todos os presentes foram convidados a participar.

Lhayss Rodrigues, vendedora ambulante e esposa de um imigrante, compartilhou sua experiência sobre a situação dos vendedores ambulantes no Brás, destacando principalmente os imigrantes, embora a situação também afete os brasileiros. Ela relatou que esses trabalhadores enfrentam frequentes abusos por parte da polícia, o que inclui a violência e a intimidação. Laís mencionou que convidou vários vendedores ambulantes para participar da reunião, mas ninguém aceitou o convite devido à coação e ao medo de represálias da polícia. Ela ressaltou que muitos imigrantes preferem não se envolver em questões públicas, pois temem por suas vidas. Além disso, explicou que os imigrantes que têm algum conhecimento de seus direitos frequentemente são presos e, em algumas situações, obrigados a ficar com as mãos na cabeça para evitar que os policiais atirem.

Em seguida, Diana levantou uma questão sobre o motivo de apenas artesãos e artistas de rua serem permitidos a vender nas ruas, enquanto os vendedores ambulantes em geral não têm essa autorização. Laís respondeu, explicando que essa situação era válida no passado, mas atualmente nem artesãos nem artistas de rua conseguem mais exercer essa atividade em paz nas vias públicas. Ela destacou que, hoje em dia, todos estão enfrentando a mesma dificuldade, independentemente de terem ou não a documentação adequada que regulamenta suas atividades. Dito isso, Constance afirmou então que um dos objetivos principais da reunião era exatamente discutir a regulamentação dos vendedores ambulantes, visando facilitar as condições de trabalho e a vida desses profissionais.

Lhays informou que os vendedores ambulantes desejam legalizar e regulamentar sua atividade, incluindo o pagamento de uma taxa mensal, mas lamentou que essa conversa não avance. Ela expressou a impressão de que há uma resistência em permitir que eles se legalizem, o que torna o processo muito difícil. A falta de um espaço para diálogo e negociação impede que cheguem a um consenso sobre a questão. Em seguida, foi levantada uma dúvida sobre o destino do pagamento das bancas no Brás, já que os vendedores pagam uma taxa para utilizar o espaço. Foi esclarecido que o dinheiro arrecadado com o

pagamento das bancas é dividido entre milícias e facções como o PCC, a fim de evitar conflitos entre essas organizações, uma vez que cada uma controla uma parte do Brás. Lhays também relatou que as mercadorias apreendidas pela polícia não são devolvidas e frequentemente desaparecem sem deixar rastros, sendo impossível localizá-las. Ela explicou que, quando os vendedores tentam fazer uma denúncia à ouvidoria, encontram uma grande dificuldade, pois são exigidos diversos comprovantes que sabem ser impossíveis de obter para esses vendedores. Como resultado, as mercadorias nunca são restituídas e o caso acaba não sendo resolvido.

Dentro dessa problemática abordada na pauta, o conselho se questionou sobre possíveis soluções para resolver a questão. Para isso, foi realizada uma dinâmica de "chuva de ideias", com o objetivo de encontrar alternativas viáveis para enfrentar os desafios apresentados. Foi aberta uma discussão, durante a qual alguns participantes tiveram a oportunidade de propor uma solução viável para esse problema. Para guiar as discussões, foi proposta as seguintes perguntas:

1. Qual é o formato dessas ações?
2. Quais órgãos podem ser chamados para a articulação?
3. Quais possíveis parcerias?
4. Quais conselheiros/as podem participar da organização destas ações?

Larissa, a primeira a intervir, sugeriu que uma possível solução seria pressionar a prefeitura por meio de uma marcha de protesto e um abaixo-assinado. Ela propôs ainda a criação de um projeto para ser apresentado, com o intuito de intensificar essa pressão. Em seguida, Eclair compartilhou sua visão de que, embora várias ações já tenham sido tomadas em prol dessa questão, elas não surtiram efeito. Ela sugeriu que a solução seria juntar os dois órgãos responsáveis, o estadual e o municipal, para tentar resolver o problema de forma mais integrada. Além disso, mencionou que, com a chegada da ministra da Justiça, seria uma boa oportunidade para agendar uma reunião com ela e levar essas pautas à sua consideração.

Carla Mustafa, por sua vez, destacou que já houve diversas ocorrências de violência e sugeriu a necessidade de unir os poderes Legislativo e Judiciário para aumentar a pressão sobre essa questão. Logo depois, Reina interveio, afirmando que abordaria os dois primeiros pontos. Ela explicou que, para resolver esse problema, os conselheiros precisam escolher bem seus aliados, tanto dentro do conselho quanto em organizações que defendem essas causas. Cláudio também se manifestou, defendendo a possibilidade de formalizar a atividade dos vendedores ambulantes. Ele ressaltou que, embora a venda ambulante seja considerada ilegal em determinadas situações, isso não justifica a violência contra os direitos humanos. Ele destacou que, mesmo com a legislação proibindo o exercício dessa atividade em locais específicos, isso não pode ser uma justificativa para o tratamento violento por parte da polícia,

especialmente considerando que essas pessoas estão apenas buscando uma forma de sobrevivência.

Amanda, representante da Defensoria Pública do Estado, esclareceu que, diante de casos de violência contra as pessoas, é fundamental que os indivíduos procurem os órgãos competentes, como a Defensoria, especialmente aqueles que não possuem advogado. Ela ressaltou que existem diversos projetos relacionados à questão da documentação, os quais precisam apenas ser reativados, em vez de criar novas iniciativas, como foi sugerido pela Larissa. Em relação à violência, Amanda enfatizou que ninguém deve ser submetido a agressões, independentemente de sua situação de legalização, e que é crucial registrar todas as denúncias. Emek também contribuiu com o debate, destacando a gravidade do tema da violência. Ele sublinhou a importância de formalizar as denúncias e de mantê-las devidamente documentadas, a fim de apresentá-las à prefeitura. Em sua fala, mencionou que o que falta é uma maior organização por parte do próprio Estado. Enquanto a Reina, expressou sua satisfação com a intervenção da Amanda, destacando a diferença que ela fez entre formalização e legalização, explicando que esses são temas distintos. Reina sugeriu que, entre as ações advocatícias possíveis, uma alternativa seria a elaboração de petições que pudessem ser encaminhadas à prefeitura.

Diana ressaltou que é necessário envolver o prefeito diretamente, convocando todas as ONGs, para realizar uma mobilização em frente à prefeitura e, assim, garantir uma audiência com o prefeito. Ela acredita que somente por meio dessa pressão será possível ser ouvido, pois, independentemente de serem imigrantes ou não, todos têm direito a serem respeitados. Aldo concordou, destacando que, inicialmente, seria fundamental discutir a regulamentação. Ele argumentou que, enquanto a atividade continuar sendo considerada ilegal, a perseguição e a violência persistirão. Portanto, é imprescindível regulamentar a situação antes de realizar qualquer tipo de manifestação em frente à prefeitura.

Após as intervenções, Patrícia destacou que, com base em tudo o que foi discutido, é possível dividir a problemática em dois eixos principais: **Combate à Violência Policial** e **Promoção a Direitos Laborais**.

Ela propôs que o Conselho se organizasse em torno desses eixos para pensarmos em possíveis ações e articulações, com o objetivo de atuar na melhoria das condições dos vendedores ambulantes. Em seguida, sugeriu que os participantes se dividissem entre os dois eixos que queiram atuar, para acompanhar o desenrolar da dinâmica do processo. Assim, a divisão ficou da seguinte forma:

Eixo 1	Combate a Violência Policial	Eclair, Constance, Amanda, Eclair, Carla, Raissa, e Reina
Eixo 2	Direito Laboral	Eclair, Felix, Constance, Judy, Carla, Magnus, ARRO,

		Maria Gorete e Paóla
--	--	----------------------

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 17h:40min e, para constar, eu, Sharta Mandjam, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pela secretaria executiva e a presidência, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

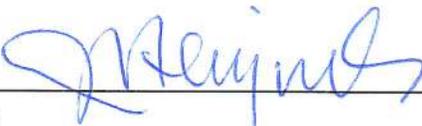
Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Fazer uma enquete no grupo de whatsapp do CMI para chamada de participação desses 2 eixos àqueles que não vieram na reunião de hoje	Secretaria Executiva	15 dias a partir do dia de hoje
02	Trazer ideias para ações no eixo escolhido	Todos os conselheiros do CMI, observadores e ouvintes.	18/03 Próxima reunião ordinária de março

Aprovação da Ata da Reunião anterior Pelos Conselheiros

Titulares		Suplentes	
<i>Associação de Residentes Bolivianos- Rosa Anna Ferrufino Camacho Chaparro</i> _____ ass	X	<i>Associação Comunidade Camaroneses de São Paulo- Jean Abondo Oyono</i> _____ ass	
<i>ACILESP - Associação dos Comerciantes Imigrantes Latinos do Estado de São Paulo- Obrifildo Quispe Rimachi</i>		<i>Instituto pelo Diálogo Intercultural- Merve Mumc</i>	X

Titulares		Suplentes	
<p>_____</p> <p>ass</p>		<p>_____</p> <p>ass</p>	
<p>Associação Oeste Camaronesa na América Latina- Dorice Takeu Kouamo</p> <p>_____</p> <p>ass</p>		<p><i>Impacto Saúde- Sônia Flores Mamani</i></p> <p>_____</p> <p>ass</p>	
<p><i>Cáritas Arquidiocesana de São Paulo/ Paola Gersztein</i></p> <p><i>Paola Gersztein</i></p> <p>_____</p> <p>ass</p>	X	<p><i>Organização de Resgate de Refugiados Afegãos - ARRO/ Shabir Ahmad Niazi</i></p> <p><i>Shabir Ahmad Niazi</i></p> <p>_____</p> <p>ass</p>	X
<p>Identidade Humana/ Abdulbaset Jarour</p> <p>_____</p> <p>ass</p>		<p>CTA 13 São Mateus/ Maria Gorete da Silva/Ascom</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	
<p>Constance Salawe</p> <p><i>Constance Salawe</i></p> <p>_____</p> <p>ass</p>	X	<p>Patrício Luvembuka Cardoso</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	

Titulares		Suplentes	
Judy Abejuela Chikeluba  _____ ass	X	Diana Soliz Soria de Garcia _____ ass	X
Mónica Rodríguez Ulo _____ ass		Tifani Ndangi basakinina _____ ass	X

Poder Público: Titular		Poder Público: Suplente	
Ana Leon (SMDHC/CPMigTD) _____ ass	X	Marifer Vargas (CRAI) _____ ass	X
Claudio Aguiar Almeida (SMC) _____ ass	X	Ane Caroline Sollar Pereira (SMC) _____ ass	
Leonardo Matutino Souza (SMS) _____ ass		Neila Maria Ferreira (SMS)  _____ ass	X

Poder Público: Titular	Poder Público: Suplente	
<p>Fernanda L.A Cezar (SMADS)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	<p>Aline Fernanda Souza de Oliveira (SMADS)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	<p>X</p>
<p>Felix Nestor (SMDDET)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	<p>Caio Silveira (SMDDET)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	
<p>Debora Silva César (SME)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	<p>Karinee Evelyn Alves Carvalho. (SME)</p> <p><i>Karine Evelyn Alves Carvalho</i></p> <p>ass</p>	
<p>André Luiz Martins dos Santos (SEHAB)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	<p>Marina Meneguim Clemente (SEHAB)</p> <p>_____</p> <p>ass</p>	